

DA REVOLUÇÃO DE 30 AO GOLPE DE 37: A DEPURAÇÃO DAS ELITES¹

Dulce Chaves Pandolfi e Mario Grynszpan

Fundação Getúlio Vargas Fundação Getúlio Vargas/
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de relativizar análises correntes segundo as quais haveria uma relação de continuidade e necessidade entre a Revolução de 30 e o Estado Novo. Para tanto, procura demonstrar como, ao longo do período, atores estratégicos foram sendo excluídos ou incluídos em função de questões e configurações de força que se apresentavam a cada momento, em um intenso processo de depuração das elites.

PALAVRAS-CHAVE: *Estado Novo (1937-1945); elites políticas; Revolução de 30; golpe de 1937.*

I. INTRODUÇÃO

Para os ideólogos do Estado Novo, o golpe de 1937 foi o desfecho natural e necessário de um processo que teve o seu ponto de partida na Revolução de 1930. No discurso apologético dos vitoriosos à nova ordem; 1930 havia sido a investida inicial contra a experiência liberal da Primeira República, que havia conduzido o País à desagregação e à anarquia. Argumentavam eles que a desordem grassava em todos os campos da realidade brasileira, tornando patente a perda das reais tradições da Nação que teria, assim, obstruído seu caminho evolutivo normal². Ao romper com o passado liberal, a Revolução de 1930, na versão estadonovista, havia reativado as tendências

naturais mais profundas do homem brasileiro. Tal processo, todavia, não havia transcorrido de forma linear, tendo sido marcado por desvios liberais como a Constituição de 1934. Em consequência desses desvios, um novo quadro de desagregação e desordem se havia estabelecido.

Tornava-se necessário, portanto, colocar o País em seus devidos trilhos, impondo ordem ao caos, o que só poderia ser feito através de uma intervenção política saneadora. O golpe de 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas, teria possibilitado a real substituição do regime (GOMES, 1982: 118). Desta forma, a instauração do Estado Novo, no discurso de seus ideólogos, foi a concretização de um destino inevitável, o reencontro do País com a sua própria natureza e vocação histórica (GOMES, 1982: 115-116).

Este mito de origem do Estado Novo tem exercido um forte peso nas análises históricas sobre o período. Parte das interpretações tende a incorporar vários de seus elementos, particularmente seu sentido teleológico. Mesmo alguns dos mais detalhados estudos e reconstituições da conjuntura que antecedeu o golpe enfocam o episódio como um dado, construindo sua argumentação com base na existência de uma vertente autoritária que, ora inflando o fantasma do comunismo, ora utilizando-se dos serviços do integralismo, avançou de forma implacável sobre uma sociedade desarticulada e uma elite impotente, ou até conivente.

Buscando trazer elementos de relativização

¹ Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um trabalho anterior, de circulação restrita, publicado sob a forma de *Textos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)* da Fundação Getúlio Vargas. Ele é parte de uma extensa pesquisa realizada entre 1982 e 1984, que teve como um dos seus principais produtos o livro *O golpe silencioso: as origens da república corporativa* (Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989). Coordenada por Aspásia Camargo, a pesquisa contou, além dos dois autores, com a participação de Eduardo Gomes e Maria Celina D'Araújo, cujos comentários agradecemos. Optamos pela utilização da expressão “depuração das elites” uma vez que não se trata, aqui, de fazer uma análise específica das características, dos capitais e das posições sociais dos indivíduos referidos no texto, como exigiria um estudo de circulação das elites, tal como consagrado pela literatura a partir de Vilfredo Pareto.

² Para uma análise detida da ideologia estadonovista, ver GOMES, 1982: 114.

deste tipo de abordagem, procuraremos discutir o período que se estendeu da Revolução de 1930 ao golpe de 1937, tendo como objetivo principal a compreensão da dinâmica de um processo que conduziu a um alijamento de importantes segmentos das elites civis e militares. Uma forte evidência deste processo de depuração é o fato de que, quando da instalação do Estado Novo, parcela expressiva dos atores vitoriosos em trinta, e que haviam assumido de imediato postos de comando encontrava-se marginalizada do poder. Longe de ser aleatória, no entanto, esta rotatividade se deu em função da própria hierarquização dos objetivos programáticos do novo regime.

Mesmo concordando com a tese de que a Revolução de 30 não provocou alterações substantivas em termos de estrutura de classes (ver MARTINS, 1983: 669-689), pode-se afirmar que são visíveis as transformações operadas a partir de então no País. A inexistência de deslocamentos traumáticos de classes e a manutenção dos segmentos inferiores da sociedade dentro de rígidos limites garantiram o apoio significativo das oligarquias ao projeto de modernização que passou a ser adotado. Supor, entretanto, que a implantação de tal projeto se deu naturalmente, isto é, sem conflitos, é negar a complexidade de um processo regido pela ambição que tinham os diversos segmentos da sociedade de assegurar para si o controle da nova máquina de Estado que se montava. Supor, por isso mesmo, que a instalação do Estado Novo ocorreu de forma consensual é aceitar e incorporar o discurso dos atores vitoriosos em 1937. A fraca reação ao golpe deve ser vista, na verdade, não apenas como anuência ou cumplicidade, mas também como resultado de um bem-urdido esquema de desarticulação dos focos de resistência, esquema este que, de forma alguma, avançou sem interrupções ou contratemplos.

A fase que se inaugurou com a Revolução de 30 foi marcada por profundos entrechoques de grupos portadores de discursos e projetos diversos. Reconstituir este processo implica ressaltar a diversidade de nossas elites e apontar para a existência de propostas alternativas que, apesar de derrotadas em 1937, tentaram, no decorrer dos sete anos precedentes, conquistar um espaço político.

II. A AMBIGÜIDADE DA ALIANÇA LIBERAL

A instabilidade política reinante no período que

antecedeu o Estado Novo foi consequência direta da Revolução de 30, que reuniu forças sociais distintas. Já no pré-30, essas mesmas forças se aglutinaram em torno da Aliança Liberal, que tinha como objetivo maior romper com o que considerava os vícios da antiga República, por meio de uma vitória eleitoral.

A campanha oposicionista, articulada em torno da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, foi liderada inicialmente por homens de marcada atuação na República Velha, muitos deles representantes das oligarquias dissidentes, que pouco ou nada tinham de revolucionários. Eram ex-Presidentes da República, como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás; Governadores ou ex-Governadores, como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Olegário Maciel, João Pessoa e Getúlio Vargas; chefes de importantes agremiações partidárias, como Borges de Medeiros, do Partido Republicano Rio-Grandense, Afonso Pena Júnior, do Partido Republicano Mineiro, Assis Brasil, do Partido Liberal Gaúcho, e Francisco Morato, do Partido Democrático Paulista; e outros políticos, como João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Antunes Maciel, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, João Daudt de Oliveira, Francisco Campos, Odilon Braga e Carlos e Djalma Pinheiro Chagas (ver CAMARGO, 1983: 08-46).

A crítica dos aliancistas não se dirigia aos princípios liberais adotados na Constituição de 1891, mas aos políticos que, a seu ver, monopolizavam o poder e desvirtuavam as instituições. Centravam seu discurso, portanto, na hipertrofia do poder Executivo, na fraude eleitoral e na imposição pelo então Presidente da República, Washington Luís, do nome do seu sucessor. Tais manifestações evidenciavam segundo eles, um descumprimento da Constituição e um abuso do poder presidencial, caracterizando um divórcio entre o Estado e a Nação. Diante disso, sua proposta era promover mudanças nos mecanismos eleitorais responsáveis por tais desvios, implementando medidas que pudessem garantir a verdade eleitoral — como a obrigatoriedade de voto e a criação de uma justiça eleitoral autônoma —, através da atuação de homens realmente comprometidos com os interesses do País (Cf. OLIVEIRA, 1983: 425-437). O sistema eleitoral encerrava, portanto, a chave para a renovação efetiva dos quadros dirigentes.

Ao lado desses políticos vamos encontrar, entretanto, também na Aliança, os rebeldes “tenentes” — como Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto, Osvaldo Cordeiro de Farias e Miguel Costa — que, desde o início da década de vinte, tentavam, através da luta armada, modificar a ordem vigente. Na oposição desde 1922, os “tenentes” se definiam como anti-oligárquicos e insistiam na necessidade de reformas político-administrativas. Além da moralidade das instituições, propunham, entre outras medidas, a educação pública obrigatória, a adoção do voto secreto e o redimensionamento do papel do Exército na sociedade.

A partir fundamentalmente de maio de 1930, com a derrota nas urnas da chapa aliancista, a proposta mais radical de conspiração ganhou vulto, colocando-se os oligarcas dissidentes a reboque dos “tenentes”. Operou-se, na passagem da frente liberal para a frente armada, uma primeira triagem no seio das elites políticas³. A proposta de luta armada entusiasmou um grande número de aliancistas mais afinados com as posições “tenentistas”, que ficaram identificados como “tenentes civis”, destacando-se neste novo contexto políticos como Osvaldo Aranha, José Américo, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e Pedro Ernesto. A aliança que se concretizou entre as diversas tendências e os desdobramentos que dela adviriam foram claramente expressos por Juarez Távora em carta endereçada a Joaquim Monteiro: “A aliança entre os radicais do Exército e os elementos mais moços e extremados da Aliança Liberal prenuncia com certeza, o confronto fatal, uma vez a revolução instaurada, entre os oligarcas e os revolucionários, pois, evidente, não podíamos então, nem podemos agora, esperar que este *ajuntamento* político se resolva, depois de vencedora a revolução, a trocar pelo nosso o seu programa” (Carta de Juarez Távora a Joaquim Monteiro *apud* CAMARGO, 1983: 34).

III. “TENENTISMO” E OLIGARQUIA: A DISPUTA PELO PODER

Com a vitória da revolução, acirrou-se o enfrentamento entre as diferentes facções que a promoveram. Além da disputa em torno da ocupação de cargos na administração pública, manifestaram-se profundas divergências em relação à condução do próprio processo

revolucionário. O que estava em jogo, na verdade, era a diretriz que orientaria a organização do Estado brasileiro. Os “tenentes” e os seus aliados propugnavam uma linha centralizadora, autoritária e reformista que possibilitasse a implementação de uma reforma agrária, a centralização do sistema tributário, o fortalecimento das forças armadas nacionais, a criação de uma legislação trabalhista, a federalização das milícias estaduais e a modernização da infra-estrutura do País. Criticando a “politicagem” reinante no período anterior, sustentavam a necessidade de um regime forte e apartidário, contrapondo-se, em certo sentido, à democracia política. Para eles, portanto, a participação do povo nos destinos da Nação só deveria ocorrer após uma maior conscientização, que seria, por sua vez, uma decorrência das reformas sociais promovidas pelos governantes. Já as correntes contrárias ao “tenentismo”, principalmente os agrupamentos oligárquicos do Centro-Sul, lutavam pela implantação dos princípios liberais, por uma maior autonomia dos estados e pela limitação dos poderes da União. Diversamente do “tenentismo”, porém, os grupos oligárquicos, além de representarem diferentes interesses econômicos e regionais, não possuíam uma proposta reformista clara.

Após a tomada do poder, o novo governo, paralelamente à dissolução do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais, implementou outras reivindicações dos setores “tenentistas” como a criação de uma legislação trabalhista, a subordinação dos sindicatos à tutela do Estado e a elaboração dos códigos de Minas e de Águas, ambos de orientação nacional-estatista. Também de inspiração “tenentista” foi o sistema de Interventorias adotado pelo governo. Considerado um dos principais mecanismos de centralização, este sistema viria a constituir um importante instrumento de controle e uma cunha do poder central na política local. Ao contrário do que ocorria na República Velha, quando o Presidente do estado vinculava-se às classes dominantes locais, na nova situação o interventor subordinava-se diretamente ao governo Federal (SOUZA, 1976). As normas de subordinação foram estabelecidas pelo Código dos Interventores que, entre outras medidas, limitou a área de ação dos estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem autorização do poder central, de gastar mais de 10% da despesa ordinária com serviços da polícia militar, de dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação, ou de armá-las

³ Ver, a este respeito, CAMARGO, 1983: 30.

em proporção superior à do Exército (FAUSTO, 1972: 52).

De um modo geral, nos estados do Norte e do Nordeste a escolha dos interventores recaiu sobre os elementos “tenentistas”, podendo-se afirmar que, nos primeiros anos do processo revolucionário, ocorreu o fenômeno de “militarização das interventórias”. No ano de 1931, por exemplo, à exceção de Pernambuco e da Paraíba, todos os chefes dos estados da região eram oriundos do setor militar⁴. Também no Centro-Sul do País, a grosso modo, a escolha dos interventores se fez à margem das tradicionais máquinas partidárias. Esta relação entre os “elementos vindos de fora” e as forças políticas locais gerou descontentamentos e crises políticas, o que é demonstrado pela rotatividade dos interventores nos primeiros anos do processo revolucionário (Ver LEVINE, 1980)⁵.

Pressionado tanto pelos “tenentes” quanto pelas oligarquias estaduais, insatisfeitas nos seus respectivos estados com seus governantes, o Governo Provisório promoveu diversas substituições, ora conciliando com as oligarquias, ora com as facções “tenentistas”. Em São Paulo, por exemplo, ao nomear interventor federal, em novembro de 1930, o tenente João Alberto, Vargas tornou evidente sua intenção de diminuir o poder político da elite econômica mais forte do País. As crises se sucederam a partir de então, levando a que, em um período de menos de dois anos, fossem efetuadas cinco substituições na interventoria paulista. Rotatividade semelhante ocorreu em diversos estados da federação. Os únicos interventores nomeados em 1930 que permaneceram no cargo durante os dois primeiros anos do período discricionário foram Punaro Bley (Espírito Santo), Pedro Ludovico (Goiás), Olegário Maciel (Minas Gerais), Joaquim Magalhães Barata (Pará), Carlos de Lima Cavalcanti (Pernambuco) e Flores da Cunha (Rio Grande do Sul).

Diante da ofensiva dos setores vinculados ao “tenentismo”, que conseguiram exercer, nesta primeira fase do processo, uma forte influência no aparelho de Estado, as oligarquias preteridas deram o seu grito de guerra exigindo o fim do

Governo Provisório e a implantação de um regime constitucional. Muitos “revolucionários” passaram a acusar o governo de ter abandonado o programa da Aliança Liberal e tornaram a acenar com sua plataforma de estabelecimento do Estado de direito, do sistema de representação baseado na verdade eleitoral e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Ver OLIVEIRA, 1983).

IV. A REVOLUÇÃO DE 32: A DERROTA DO “TENENTISMO”

O tema da constitucionalização do País polarizou desde o início o debate entre as forças distintas que haviam participado decisivamente da Revolução de 30. A proposta de constitucionalização, caso vitoriosa, levaria à realização de eleições e à reativação dos partidos políticos. Para os agrupamentos desalojados do poder, tal perspectiva era alentadora. A ebulição eleitoral deveria acarretar vantagens para as oligarquias tradicionais, já que estas exerciam forte controle no majoritário eleitorado rural. Não foi por outra razão que esta bandeira funcionou como um pólo aglutinador dos elementos mais díspares, mobilizando não apenas as facções explicitamente contrárias à Revolução de 30, como também alguns segmentos nitidamente “revolucionários” e até mesmo partidários do governo Vargas que, temerosos com o avanço do “tenentismo”, abraçaram a causa constitucionalista. Entre os últimos incluíam-se o Partido Democrático de São Paulo, a seção do Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Libertador gaúcho.

Para os “tenentes”, entretanto, o retorno à ordem legal constituía uma séria ameaça de serem frustradas suas perspectivas reformistas e de serem desalojados das posições de mando. Aglutinados principalmente no Clube 3 de Outubro, espécie de comitê central do grupo (SAES, 1981: 489), defendiam abertamente a manutenção do regime ditatorial como condição *sine qua non* para a consolidação da obra revolucionária apenas iniciada.

O acirramento deste debate levou à radicalização das posições e à eclosão, em julho de 1932, da Revolução Constitucionalista em São Paulo. As divisões internas entre as principais facções regionais oligárquicas e a utilização, pelo Governo Provisório, de todos os recursos do poder, estimulando cisões com vistas ao isolamento dos paulistas, garantiram a vitória legalista sobre o movimento.

⁴ Sobre a influência do tenentismo na região Norte-Nordeste do país ver PANDOLFI, 1980: 339-491.

⁵ Segundo o autor, entre 1930 e 1935 os vinte estados da Federação e o Distrito Federal foram governados por noventa e quatro interventores.

Embora derrotada militarmente, a Revolução Constitucionalista conseguiu impor seus objetivos políticos mas teve como ônus o afastamento de vários elementos que nela se engajaram, e que também estiveram presentes em 1930. Assim, o movimento paulista constituiu-se em um novo marco depurador das antigas elites (cf. CAMARGO, 1983: 38). Próceres os mais destacados e que, em 1930, desencadearam o processo revolucionário, Assis Brasil, Artur Bernardes, Borges de Medeiros e Eptácio Pessoa entre eles, vão estar praticamente excluídos da liderança política do País em 1932. Alguns retornarão posteriormente, traçando uma trajetória de oposição a Vargas.

Quanto aos “tenentes”, que haviam obtido importantes ganhos no período discricionário, sofreram, com a aceleração do processo de constitucionalização do País, derrotas políticas que contribuíram para sua desagregação enquanto grupo.

Diante do novo panorama político, os adeptos do “tenentismo” se dividiram em quatro posições. No grupo mais numeroso, composto sobretudo pelos interventores, incluíam-se aqueles que encamparam a tese da constitucionalização, embora considerando-a uma proposta prematura, e que adotaram na prática as medidas impostas pela conjuntura política, partindo com vigor para a rearticulação das agremiações partidárias e para o alistamento eleitoral. São representativas deste tipo de posição figuras como Juraci Magalhães (interventor da Bahia), Carlos de Lima Cavalcanti (interventor de Pernambuco) e Juarez Távora. Outro grupo assumiu uma postura de neutralidade e distanciamento diante da nova realidade, nele destacando-se o interventor do Ceará, Carneiro de Mendonça. Alguns políticos como o ex-interventor do Rio Grande do Norte, Herculino Cascardo, desiludidos com o que consideravam os desvirtuamentos da Revolução de 30, decidiram se afastar do governo. Finalmente, outros, como o General Manuel Rabelo, radicalizaram suas posições, insistindo em defender a implantação de uma ditadura militar no País (Ver PANDOLFI, 1980: 358).

A Revolução de 1932 constituiu, de fato, um importante marco no processo de depuração das elites. As mudanças dela decorrentes fizeram-se sentir inclusive no interior do próprio Exército. Ao mesmo tempo em que projetou o Exército no centro de poder nacional, de maneira mais decisiva do que na Primeira República, o movimento de 1930 expôs uma organização marcada por

numerosas clivagens⁶. Foi diferenciada a participação de diversos escalões hierárquicos no movimento: a maioria da oficialidade não aderiu, e a minoria que aderiu era composta, predominantemente, de segmentos inferiores da oficialidade.

Diante deste quadro, tornava-se premente a composição de uma cúpula militar afinada, que pudesse fornecer o respaldo necessário ao regime que se instaurava. Para tanto, foram rapidamente promovidos vários dos oficiais subalternos que apoiaram a revolução, entre os quais o próprio Góis Monteiro, que teria uma importante participação no golpe de 1937. O passo seguinte foi a eliminação dos generais nomeados pelos antigos governos, o que se constituiu em uma tarefa bastante difícil, mas que se tornou possível, em parte, graças à participação de vários deles no movimento de 1932 (CARVALHO, 1983: 130-131).

Se até 1932 predominaram os generais anteriores a 1930, como João Gomes, Andrade Neves, Tasso Fragoso e Valdomiro Lima, houve, a partir de 1933, uma combinação entre estes e novos generais, como Góis Monteiro, Eurico Dutra, Pargas Rodrigues, Guedes da Fontoura, Pantaleão Pessoa e José Pessoa, ocupando Góis e Dutra importantes posições no Ministério da Guerra e no Clube Militar (CARVALHO, 1983: 132). Tais modificações, no entanto, não seriam suficientes para assegurar a harmonia dentro do Exército.

V. O CONFRONTO NA CONSTITUINTE

Com a neutralização temporária, após a Revolução de 1932, de várias das mais expressivas lideranças políticas tradicionais, o governo empreendeu, no período anterior à Constituinte, um enorme esforço no sentido de formar e consolidar bases de apoio regional que lhe viessem a garantir a hegemonia no processo de regulamentação e de elaboração dos princípios que regeriam a nova ordem. A constitucionalização do País constituía uma imposição tanto das forças “contra-revolucionárias” como de alguns setores “revolucionários” insatisfeitos com os rumos da Revolução de 30, e o governo tentava absorver a derrota de 1932 procurando tirar dela os maiores benefícios. Seu sucesso dependeria da capacidade de colocar sob seu controle o processo de organização política (GOMES, 1981: 20).

⁶ Para uma análise das Forças Armadas no período, ver CARVALHO, 1983:110.

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, marcadas para três de maio de 1933, levaram não apenas as forças vitoriosas, mas também as derrotadas, a buscar maior articulação. Aos interventores foi atribuído o importante papel de unificar as forças políticas estaduais através de partidos e integrá-las em nível nacional, tendo-se destacado nesta tarefa Flores da Cunha (RS), Juraci Magalhães (BA) e Carlos de Lima Cavalcanti (PE). Com a proximidade do pleito, o Governo Provisório engajou-se no processo eleitoral, tornando-se alvo de forte condenação dos setores oposicionistas, que reuniam tanto derrotados em 1930 quanto facções vitoriosas mas descontentes com o regime. O ministro da Justiça, Antunes Maciel, assumiu o papel de articulador nacional dos grupos situacionistas.

Na grande maioria dos estados o resultado eleitoral revelou-se nitidamente favorável às agremiações situacionistas. No Rio Grande do Sul, dos dezesseis parlamentares eleitos, treze eram vinculados ao Partido Republicano Liberal, chefiado pelo interventor Flores da Cunha. Em Minas Gerais, o Partido Progressista, de Olegário Maciel, fez trinta e um deputados contra seis do Partido Republicano Mineiro. Nos estados do Norte do País a proporção foi semelhante: na Bahia, por exemplo, o Partido Social Democrático, liderado pelo interventor, elegeu vinte deputados em uma bancada de vinte e dois; e em Pernambuco as forças pró-Lima Cavalcanti, articuladas no Partido Social Democrático, elegeram quinze em uma bancada de dezessete parlamentares. Em São Paulo, entretanto — palco da guerra civil, onde conseqüentemente a situação era bem mais complexa — a Chapa Única, formada pelas duas agremiações que desencadearam a Revolução Constitucionalista — Partido Democrático e Partido Republicano Paulista —, elegeu dezessete dos vinte e dois deputados. Diante deste resultado, Vargas sentiu ser necessária uma composição com a elite paulista, o que determinou a escolha, em julho de 1933, de Armando de Sales Oliveira, um de seus representantes, para ocupar a interventoria do estado.

A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada no dia quinze de novembro de 1933, congregando representantes das diversas tendências que, desde 1930, vinham-se debatendo no cenário político.

A grande questão que organizou o debate constituinte foi o confronto entre regionalismo e

centralização política. Mesmo havendo um certo consenso em torno da necessidade de um federalismo aliado a um intervencionismo estatal, a polêmica fixou-se no grau de centralização e de intervenção possíveis. Para os estados do Norte, política e economicamente mais fracos e com maiores ligações com os elementos “tenentistas”, a defesa do federalismo não poderia implicar no enfraquecimento do poder central e, conseqüentemente, no desequilíbrio da distribuição de benefícios em detrimento das regiões mais dependentes. Para os estados mais poderosos, por outro lado, era a maior autonomia em relação ao poder central que poderia trazer dividendos políticos e econômicos mais significativos. Neste particular, as bancadas do Norte e Nordeste do País se contrapunham às do Centro-Sul, principalmente às de Minas Gerais e de São Paulo (Ver GOMES, 1980).

Além da elaboração de uma nova carta constitucional, a Assembléia Nacional Constituinte deveria aprovar os atos do Governo Provisório e eleger o novo Presidente da República. Apesar de Vargas apresentar-se como o candidato mais forte, sua eleição não estava totalmente assegurada. Com vistas a afastar qualquer possibilidade de derrota, as forças varguistas, decidiram acelerar o processo eleitoral, propondo uma inversão na ordem dos trabalhos. O Governo Provisório, através do deputado baiano Medeiros Neto, líder da maioria, pressionou os interventores para que as respectivas bancadas aceitassem eleger o Presidente da República antes de promulgar a Constituição. Capitaneada pelo Rio Grande do Sul, e apoiada pelos interventores de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais a proposta suscitou fortes reações, obrigando o governo a recuar em seu intento. A eleição realizou-se em dezessete de julho de 1934, um dia após a aprovação da nova Constituição.

Apesar das dificuldades, Vargas obteve cento e setenta e cinco votos contra setenta e um dados aos demais candidatos, assim distribuídos: Borges de Medeiros cinquenta e nove, Góis Monteiro quatro, Protógenes Guimarães dois, Raul Fernandes um, Artur Bernardes um, Afrânio de Melo Franco um, Oscar Weinschenck um, Paim Filho um e Levi Carneiro um (GOMES, 1980: 56). Se o processo da eleição de Vargas, por um lado, foi expressão de sua força, por outro, denotou também sua fraqueza. Além de não haver uma unanimidade em torno do seu nome, o processo eleitoral foi conturbado por ameaças de golpes e

conspirações militares. Por trás de algumas destas conspirações estava o próprio ministro da Guerra, Góis Monteiro, insatisfeito com o processo de liberalização que vinha ocorrendo. “Não se tratava, portanto, de um processo sucessório tranqüilo, certificado da autoridade e legitimidade do então chefe de Estado” (GOMES, 1980: 35).

Um indicador evidente do quadro de insatisfação reinante foi o resultado da aprovação dos atos do Governo Provisório; dos duzentos e vinte deputados presentes no plenário, apenas cento e trinta e cinco votaram a favor. Outras duas questões relativas à votação das disposições transitórias geraram fortes polêmicas: a transformação da Constituinte em Assembléia ordinária e a elegibilidade dos interventores ao cargo de governadores constitucionais. Após longos debates, ficou estabelecido que haveria eleições para o Poder Legislativo, e a Assembléia Constituinte funcionaria com suas atribuições ordinárias apenas até a posse do novo Congresso. Por outro lado, os interventores poderiam se candidatar ao cargo de governador, que seria escolhido de forma indireta pelas respectivas constituintes estaduais.

O que se tentou de fato com a Constituição de 1934, foi estabelecer uma ordem “liberal” e “moderna”, que não se chocasse com o fortalecimento do Estado e com o seu papel ativo na órbita dos assuntos econômicos e sociais. Entretanto, esse fortalecimento do Estado, de sua eficiência e representatividade, não deveria ser confundido com o poder intervencionista do Executivo federal. Esta era a questão fundamental para aqueles que haviam desencadeado a Revolução de 32. Para evitar os vícios da Velha República, os liberais representados na Constituinte preocuparam-se em assegurar o predomínio do Legislativo no sistema político nacional, tornando-o a base da vida governamental e o meio de controlar e deter o avanço do Executivo (GOMES, 1980: 65-70).

Significativamente, Vargas foi obrigado a conciliar com uma série de propostas com as quais não se identificava, a fim de garantir sua própria eleição. Assim, mesmo tendo sido possível ao Governo Provisório controlar o processo jurídico-político da constitucionalização, o resultado deste processo criou um profundo desagrado. Não foi por outra razão que, em seu primeiro discurso como Presidente constitucional, Vargas expressou o seu desacordo em relação à Carta aprovada (ARQUIVO Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. FGV/CPDOC. GV 34.07.15/12). Paradoxalmente tam-

bém, conforme será visto adiante, o próprio Legislativo, em um segundo momento, aceitaria esvaziar o seu poder em favor do Executivo, fornecendo-lhe instrumentos excepcionais bastante drásticos. Ou seja, se os constituintes de 34 procuraram salvaguardar os poderes do Legislativo limitando os do Executivo, as mesmas salvaguardas começaram a ruir a partir de 1935, a tal ponto que, já em meados do ano seguinte, a iniciativa política estaria nas mãos do Executivo, ficando o Legislativo a reboque.

O resultado das eleições realizadas em outubro de 1934 possibilitou a permanência no Congresso de muitos dos constituintes eleitos em 1933, além de garantir para o governo a maioria parlamentar. Também em cada estado ocorreram eleições para as Assembléias Legislativas, que deveriam elaborar as constituições estaduais e eleger indiretamente os respectivos governadores, bem como exercer ordinariamente as funções parlamentares.

Mais uma vez, Vargas procurou atuar neste novo processo eleitoral de forma a reforçar seus núcleos de apoio regionais. Interessava ao governo federal promover mudanças em alguns estados, deslocando grupos que ocupavam o poder. A interferência de Vargas provocou resistências por parte de antigos interventores, que não estavam dispostos a abrir mão dos seus cargos, tendo ocorrido conflitos no Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e no estado do Rio de Janeiro.

Este foi outro momento fundamental de rotatividade das elites: em apenas nove dos vinte estados da federação os interventores foram reconduzidos ao poder. Encontravam-se entre eles os cinco governadores politicamente mais fortes: Armando de Sales Oliveira (SP), Flores da Cunha (RS), Benedito Valadares (MG), Juraci Magalhães (BA) e Carlos de Lima Cavalcanti (PE). Permaneceram ainda na chefia do Executivo estadual Manuel Ribas (PR), Punaro Bley (ES), Pedro Ludovico (GO) e Osman Loureiro de Farias (AL).

Diferentemente do período discricionário, em que as substituições de interventores se sucediam com bastante frequência, no período constitucional os governantes adquiriram maior estabilidade, embora nem sempre se apresentassem dóceis às diretrizes do governo Federal. Na fase anterior, as nomeações e substituições se faziam mediante decretos expedidos pelo Presidente da República; na fase constitucional, porém, uma vez eleitos, os

governadores só podiam ser substituídos por decisão das Assembléias estaduais.

Esta estabilidade não se deveu, contudo, apenas aos procedimentos de ordem legal. Sem dúvida, a ação de Vargas no sentido de garantir bases de sustentação regional teve sucesso. Não foi por outra razão que a maioria dos governadores eleitos em 1935 permaneceu nos seus cargos mesmo após a implantação do Estado Novo. No entanto, embora o número de governadores alijados em 1937 seja reduzido, ele é significativo pois inclui estados politicamente importantes — como Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco — que haviam dado, durante o período revolucionário, forte sustentação a Vargas e ao governo Federal.

VI. OS LIMITES DO LIBERALISMO

O processo político brasileiro radicalizou-se com a implantação do governo constitucional. O movimento social passou a demonstrar maior vigor, conseqüência, em parte, da própria eferescência eleitoral. O nacionalismo, a defesa das liberdades democráticas e a luta contra o fascismo constituíram os grandes temas mobilizadores do debate nacional do período. Também a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 com profundo caráter antiliberal, transformou-se em uma organização de massas enraizada em diversas regiões do País. Parte fundamental deste processo foi a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, sob a liderança das esquerdas. Seu programa se dirigia contra o latifúndio, contra o imperialismo, contra o fascismo e em favor da democracia. Pregando a formação de um governo popular-nacional-revolucionário, a ANL conseguiu atrair rapidamente a simpatia de amplos setores da população, principalmente da classe média (Ver RODRIGUES, 1981: 361-443). Importantes “tenentes” civis e militares, como Miguel Costa, Hercolino Cascardo, Agildo Barata, João Cabanas, Silo Meireles e Roberto Sisson, que haviam atuado de maneira destacada na linha de frente da Revolução de 30 e ocupado postos-chaves no processo revolucionário, ingressaram na organização, rompendo de forma radical com os rumos da política governamental.

Se a proposta liberal venceu em 1934, em uma demonstração do peso que os grandes estados e as oligarquias estaduais mantinham ao nível da política nacional, este liberalismo seria rapidamente redimensionado. No momento em que o movimento popular começou a dar demonstração

de força e autonomia, o Poder Legislativo passou gradativamente a abrir mão de suas prerrogativas em favor de um Executivo cada vez mais forte.

O temor dos liberais diante da organização do movimento popular mostrou-se evidente quando, em abril de 1935, logo após a criação da ANL e sob o impacto das várias greves que vinham ocorrendo, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Outros passos mais comprometedores ocorreriam após o levante comunista deflagrado em novembro do mesmo ano em Natal, Recife e Rio de Janeiro (D'ARAÚJO, 1984). A partir de então, o comunismo tornou-se não apenas um inimigo do governo, mas um perigo à sociedade como um todo, cabendo a esta engajar-se no seu combate, na ação repressiva (D'ARAÚJO, 1984).

Em novembro de 1935, portanto, o Legislativo aprovou a adoção de várias medidas de repressão que iriam influir diretamente no cerceamento do próprio poder parlamentar. O estado de sítio foi decretado em todo o País por trinta dias, sendo renovado posteriormente por mais noventa. Quando isto ocorreu, o Congresso aprovou ainda três emendas à Constituição que teriam sérios desdobramentos políticos no período subsequente: a primeira delas previa a possibilidade de o Presidente da República, com autorização da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, declarar a comoção intestina grave, com finalidade subversiva das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra em qualquer parte do território nacional; pela segunda, perderia a patente e o posto, por decreto do Poder Executivo, sem prejuízo de outras penalidades, o oficial que praticasse ato ou participasse de movimento subversivo, quer fosse da ativa, da reserva ou reformado; a terceira emenda previa o mesmo que a anterior, só que para o caso dos funcionários civis, ativos ou inativos.

Ao mesmo tempo em que intensificava os mecanismos de repressão e de controle da sociedade, Vargas obtinha o apoio necessário para sua implantação. De fato, o governo faria um intenso uso do “perigo comunista”, não somente no sentido de legitimar sua ação perante a população, eliminando elementos divergentes, mas também no sentido de mais facilmente alcançar seus objetivos políticos.

A prisão de diversas lideranças comunistas nos primeiros meses de 1936 e a apreensão de importantes documentos em seu poder, os quais,

segundo as autoridades, demonstravam ser o movimento comunista mais extenso do que se supunha, forneceram a justificativa para a decretação do estado de guerra em março do mesmo ano, e que vigoraria até meados de 1937. Conferindo ao governo poderes de repressão praticamente ilimitados, a medida, aprovada pelo próprio Poder Legislativo, diferentemente do que ocorrera com o estado de sítio, tornava vulneráveis até mesmo os parlamentares, visando fundamentalmente esfacelar a pequena e aguerrida oposição no Congresso, sobre cuja cabeça começou a pairar como uma espada de Dâmocles (GRYNSZPAN, 1983: 38). Na prática, os parlamentares foram os primeiros atingidos. Transcorridos apenas dois dias da decretação do estado de guerra, quatro deputados — Otávio Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e João Mangabeira — e um senador — Abel Chermont — foram presos sob a acusação de envolvimento com o comunismo.

Mas não só os parlamentares seriam atingidos por esse dispositivo excepcional. Numerosíssimas prisões de elementos civis e militares, acusados de envolvimento com o levante comunista, foram feitas à sua sombra, entre elas, a do Prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, antigo “tenente” civil e participante da Revolução de 30 que, assim, se via aliado do jogo político.

A repressão ao levante comunista de 1935 promoveu, desta forma, o expurgo de algumas expressivas lideranças de 1930. A ANL e o próprio Partido Comunista do Brasil já haviam absorvido elementos atuantes que, desiludidos com os rumos da revolução e impacientes quanto à realização das pretendidas reformas, assumiram postura de forte contestação ao regime.

VII. O REALINHAMENTO DAS ELITES

A conjuntura política de 1936 e 1937 girou em torno de três questões centrais: o combate ao comunismo, a sucessão presidencial e a desarticulação do governador Flores da Cunha. Movimentaram-se em torno desses temas os principais centros nevrálgicos da política — Congresso, governo Federal, governos estaduais e Exército. Neste movimento alternaram-se sucessivos alinhamentos e realinhamentos, de tal formá que, ao final de 1937, consolidou-se um núcleo em torno de Vargas, Góis e Dutra, fechado com a necessidade de um golpe de Estado, contrapondo-se a forças debilitadas, divididas e já sem condições

de reagir.

De acordo com a Constituição aprovada em 1934, as eleições diretas para Presidente da República, Câmara e Senado Federal estavam previstas para janeiro de 1938. Logo após a posse dos eleitos seriam escolhidos, também pelo voto direto, os Governadores de estado. Descortinava-se, por conseguinte, um novo momento privilegiado para a redefinição do jogo político e não foi por acaso que a questão sucessória sensibilizou de maneira muito forte as elites do País. Segundo a legislação em vigor, Vargas não poderia ser reconduzido ao poder, tornando-se legalmente possível a prorrogação de seu mandato apenas mediante uma reforma constitucional, para a qual seria necessário o apoio de dois terços do Congresso Nacional.

Em meados de 1936, através do Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, Vargas realizou uma sondagem junto aos governadores sobre tal possibilidade. Os governadores do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, de São Paulo, Armando Sales, da Bahia, Juraci Magalhães e de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, mostraram-se contrários. Portanto, diversamente do que havia ocorrido em 1934, quando os estados mais importantes presentes na Constituinte garantiram sua eleição, estes mesmos estados, tendo quase todos à frente figuras de ponta na Revolução de 30, mostraram-se agora favoráveis a que um outro nome ocupasse a chefia do País, mantendo, desta forma, o princípio da alternância do poder. O principal resultado da sondagem foi deixar claro, destarte, que o apoio necessário para a reforma da Constituição dificilmente seria conseguido, ficando praticamente vedada a possibilidade da permanência de Vargas no poder pela via legal. Este foi um momento de fundamental importância para a definição do projeto golpista.

Assunto constante nos bastidores políticos desde 1935, a sucessão presidencial assumiu a cena em 1936, ganhando as páginas dos jornais. As articulações que se vinham realizando representavam todavia uma ameaça à unidade do bloco situacionista, que não conseguira chegar a um consenso sobre a questão. Flores da Cunha trabalhava a candidatura do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente da Câmara; o Governador Juraci Magalhães defendia a do Senador Medeiros Neto; Armando Sales, por seu turno, alimentava esperanças de ver seu próprio nome lançado.

A estratégia de Vargas foi a de adiar o debate sucessório ao máximo, em uma tentativa de garantir a coesão de seu bloco no Congresso e, conseqüentemente, a aprovação de medidas que facilitassem a implementação do projeto continuísta. O chefe da Nação argumentava que, diante da persistência da ameaça comunista, o momento político apresentava-se extremamente delicado, podendo qualquer disputa mais acirrada dar novo alento ao inimigo comum. Tornava-se premente a união de todas as forças políticas nacionais, com a eliminação dos pontos de atrito existentes, ou pelo menos o adiamento do seu debate. Como um destes pontos era a própria sucessão, e não havia constitucionalmente uma forma de eliminá-la da pauta política, dever-se-ia tentar adiá-la. Se as forças situacionistas concordaram com o adiamento, o mesmo não aconteceu com a minoria parlamentar oposicionista, que obrigou o governo a negociar.

Várias propostas de acordo foram feitas durante o ano de 1936, tendo o governo como interlocutor a Frente Única Gaúcha — coligação oposicionista formada pelo Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Libertador, e líder do bloco da minoria. A intransigência de parte a parte, contudo, impediu a efetivação de um pacto. Diante deste quadro, o debate recrudescceu e com ele a convicção de que somente uma candidatura única, de consenso, que não desembocasse em um perigoso enfrentamento entre os diversos partidos, poderia garantir a realização da sucessão.

Acreditando mais uma vez poder intervir de forma decisiva neste processo, e a partir de uma série de entendimentos com Vargas, a Frente Única elaborou uma fórmula de oito pontos, com a qual o Presidente, pelo menos aparentemente, manifestava-se de acordo. A proposta previa a formação de uma comissão mista composta pela oposição e pela situação, comissão esta que elaboraria o programa de governo do próximo Presidente. Apenas após a elaboração do programa, e em data não fixada previamente, o sucessor de Vargas seria escolhido.

A fórmula foi recusada por destacados líderes oposicionistas, como Artur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro, Roberto Moreira, do Partido Republicano Paulista, e Otávio Mangabeira, da Concentração Autonomista da Bahia. Esses políticos argumentavam que, ao aceitar a proposta, Vargas tinha em mente fazer render a discussão em torno do programa, e com isso adiar a decisão

acerca do candidato⁷. Vendo fracassado o único meio que, em sua opinião, seria capaz de resolver o problema sucessório sem enfrentamentos, a Frente Única, contudo, se desligou do bloco oposicionista, sendo seguida por representantes de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Paraná e Rio Grande do Norte.

Ao mesmo tempo em que se discutia a sucessão presidencial dava-se início à implementação de um plano elaborado por Góis Monteiro para a desarticulação de Flores da Cunha. Inflado pelo próprio Vargas que, a partir de 1930, necessitou formar fortes pólos de apoio regional, Flores adquirira um grande peso na política nacional, tornando-se a principal base de sustentação do Presidente. Seu partido, o Republicano Liberal, desempenhou um importante papel na Constituinte, abrindo caminho para as propostas governamentais. Dotado ainda de uma bem armada brigada e de numerosos corpos provisórios, que constituíam um verdadeiro exército particular, o Governador gaúcho representava uma considerável força militar. Muito cedo, contudo, Flores extrapolaria sua função de força auxiliar do governo, tentando influir sobre os rumos da política nacional. Foi marcante a sua intervenção nos processos sucessórios estaduais durante o ano de 1935, buscando a eleição de seus aliados. Também marcante revelou-se a sua intromissão nos assuntos militares, explorando e alimentando cisões no seio das Forças Armadas. Foi ele, ainda, um dos principais responsáveis pela demissão do General Góis Monteiro do Ministério da Guerra em maio de 1935, substituído pelo General João Gomes.

A atuação política de Flores terminou por gerar áreas de atrito com o governo e o Exército, de onde partiram as iniciativas para a sua neutralização. Diante disso, o governador assumiu um comportamento cada vez mais agressivo com o governo Federal e o Exército, reforçando paralelamente suas próprias forças militares.

O final do ano de 1936 foi marcado, portanto, por importantes mudanças tanto nos meios políticos quanto nos militares. Na política, as forças se realinharam e trocaram de posição de acordo com suas orientações e estratégias, preparando-se para o embate da sucessão que se

⁷ Sobre as tentativas de acordo na política nacional ver GRYSZPAN, 1983.

avizinhava. Já pudemos ver a saída da Frente Única das oposições, juntamente com outros elementos. Por outro lado, o Governador paulista Armando Sales, até então aliado do governo Federal, desincompatibilizou-se em dezembro de 1936, consolidando uma candidatura que aglutinaria as forças contrárias a Vargas. O Partido Republicano Paulista, também oposição aos governos estadual e Federal, reagiu a esta candidatura e se alinhou com o bloco situacionista; e Flores da Cunha, por seu turno, assumiu explicitamente uma postura oposicionista. Ao mesmo tempo, antigos e fiéis aliados de Vargas, como Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, demonstraram sinais de rebeldia, não conciliando com soluções continuístas.

Com relação aos meios militares, diversas substituições foram feitas nos comandos do Sul visando a uma maior eficácia na ação contra Flores. Passo importante neste sentido foi dado com a substituição do Ministro da Guerra João Gomes, reticente à intervenção no Sul, pelo General Eurico Gaspar Dutra, ligado a Góis Monteiro.

VIII. VARGAS E OS MILITARES: A ARTICULAÇÃO DE UM NOVO PROJETO

Se a articulação da via golpista teve início a partir de meados de 1936, um passo crucial neste sentido foi dado com a reaproximação entre Vargas e o General Góis Monteiro. Nesse momento confluíram dois projetos que, até então, corriam paralelos: um deles, visando a construção de um Exército forte, profissional e nacional, e outro apontando para a construção de uma nova ordem, mais centralizada e autoritária (D'ARAÚJO, 1984: 44).

Em meio às graves crises e conflitos em que o Exército se viu envolvido a partir de 1930, conformou-se em seu interior um modelo regulador de suas relações com a política, distinto dos que até então predominaram — o “neutralista” e o “reformista”. Tais modelos haviam-se mostrado impraticáveis diante das circunstâncias políticas e altamente prejudiciais à consolidação da organização militar. Enquanto a corrente “reformista”, na sua vertente de esquerda, alimentara clivagens verticais, pondo em xeque a hierarquia, o que terminou desembocando nas revoltas de 1935, a “neutralista”, que tinha como um dos seus representantes o General João Gomes, defendera um total alheamento da política, possibilitando que se fizesse presente a influência

desagregadora de elementos externos no seio da instituição.

Para a nova visão que se conformava, e que tinha em Góis Monteiro seu principal elaborador, a maneira de consolidar a organização militar seria a sua “impermeabilização” em relação à política. Tal impermeabilização seria obtida eliminando-se a política do meio social. Assim, este projeto político “intervencionista-controlador”⁸ não se referia apenas aos aspectos internos da estrutura da organização militar, mas também, e indissoluvelmente, ao próprio Estado e à sociedade como um todo, apontando para a necessidade de uma ordem centralizada, autoritária e sem participação política.

A hegemonia deste projeto foi afirmada em meio a uma dupla batalha travada pelo Exército: contra o comunismo e contra Flores da Cunha (D'ARAÚJO, 1984: 09). O levante comunista serviu de base para uma violenta investida no sentido da eliminação das propostas alternativas, mais identificadas com a vertente “reformista” de esquerda. Por outro lado, na autêntica operação de guerra que foi movida contra Flores da Cunha, o grupo “neutralista” acabou cedendo terreno para a corrente liderada por Góis Monteiro.

A nova visão de Exército e de sociedade encontrou eco em Vargas e no grupo que em torno dele se formava, tendo à frente Agamenon Magalhães e Francisco Campos. Para este grupo, o liberalismo excludente defendido pelas oligarquias tornara-se inviável diante do aumento das manifestações e das pressões realizadas pelos diversos setores da sociedade. Era preciso incorporar esses novos atores, esvaziando o conteúdo político de suas reivindicações, bem como eliminar suas organizações mais radicais, de forma a manter em marcha, sem abalos e sobressaltos, o processo de modernização. Para tanto, consideravam necessário consolidar um Executivo forte, com amplos poderes para intervir no sentido de corrigir rumos e quebrar resistências, autônomo e não, tal como previsto pela Constituição de 1934, limitado e controlado pelo Legislativo. Este era visto de forma bastante depreciativa, como sendo composto por partidos inconsistentes, que lutavam por interesses pessoais, entravando o desenvolvimento da Nação. Não havia porque ficar sujeito a eles e nem mesmo porque mantê-los.

⁸ O termo é de CARVALHO, 1983.

IX. O JOGO DA SUCESSÃO E A ELIMINAÇÃO DE ANTIGOS ALIADOS

A partir de meados de 1936 tornou-se patente um movimento por parte de Góis e de Vargas no sentido de remover obstáculos, tanto no Exército quanto na política, visando à consolidação de um quadro favorável ao desfecho golpista. Evidenciou-se, neste processo, a grande habilidade de Vargas, bem como seu conhecimento do sistema oligárquico, do qual saberia aproveitar-se aprofundando cisões e divergências regionais e explorando receios e antigas lealdades, de forma a consolidar sua posição e minar as que lhe eram opostas. Fortalecer algumas lideranças e eliminar outras tornou-se um ponto fundamental para a realização daquele projeto. Além do Rio Grande, as atenções de Vargas e de seus aliados civis e militares se voltavam para Minas, São Paulo, Bahia e Pernambuco, os estados politicamente mais importantes no contexto.

A desarticulação, ainda no seu nascedouro, da candidatura Antônio Carlos, que vinha sendo impulsionada pelo Governador Flores da Cunha, foi bastante representativa desse tipo de ação do governo Federal. Vargas, em colaboração com o Governador Benedito Valadares, promoveu em Minas uma aproximação entre forças situacionistas e setores da oposição: de um lado o Partido Progressista — chefiado pelo Governador e do qual Antônio Carlos era líder na Câmara Federal — e, de outro, elementos de Partido Republicano Mineiro, como Cristiano Machado, Bias Fortes, Virgílio e Afrânio de Melo Franco, Djalma e Paulo Pinheiro Chagas e Policarpo Viotti.

Como resultado desta aproximação, Antônio Carlos, que não havia sido consultado sobre o assunto, renunciou à liderança do partido na Câmara. O golpe de misericórdia foi dado em 1937 quando, por uma estreita margem de votos, Antônio Carlos perdeu a presidência da Câmara para o também mineiro Pedro Aleixo, fortemente apoiado pelo governo Federal. Com esta ação, Vargas conseguiu matar vários coelhos de uma só cajadada; desferiu um violento golpe contra o líder mineiro, solapando suas bases estaduais e comprometendo sua candidatura que, pelo trânsito que obtivera em nível nacional ao significar uma continuidade com 1930 e pela própria antecedência com que vinha sendo trabalhada, poderia representar uma ameaça ao projeto continuísta, constituindo-se em um perigoso pólo aglutinador de diferentes vertentes políticas;

consolidou a posição de Benedito Valadares em Minas, garantindo assim um possível apoio ao projeto em curso por parte daquele estado, peça fundamental no jogo de forças políticas nacionais; dividiu o Partido Republicano Mineiro e enfraqueceu a facção liderada por Artur Bernardes, que fora contrário à aproximação com o Partido Progressista e, juntamente com a oposição baiana e parte do Partido Republicano Paulista, recusara-se a qualquer acordo com o governo Federal⁹.

Outro realinhamento político importante teve lugar em São Paulo. Quando, em dezembro de 1936, o Governador paulista se desincompatibilizou do cargo colocando sua candidatura à Presidência da República na mesa de negociações, ocorreu um duplo movimento por parte da cúpula palaciana. Por um lado, o governo Federal tentou aproximar-se dos setores oposicionistas vinculados ao Partido Republicano Paulista e contrários à candidatura do líder do Partido Constitucionalista, Armando Sales (BRANDI, 1983: 112)¹⁰. Por outro, buscou desestabilizar aquela candidatura e até mesmo impedir que para ela convergisse uma perigosa conjunção de forças.

O Ministro Agamenon Magalhães e o Governador Benedito Valadares foram os escolhidos por Vargas para executar esta tarefa. O objetivo maior era neutralizar os governadores dos dois estados mais importantes do Norte: Juraci Magalhães, da Bahia, e Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco. Na verdade, pouco tinham estes governadores contra Armando Sales, que já demonstrara à frente do estado de São Paulo ser um administrador eficiente. Acontece, porém, que acreditavam que somente o consenso em torno de um nome que não contasse com a desaprovação de Vargas seria capaz de criar uma corrente irresistível para garantir a sucessão. E este nome não poderia ser o de Armando Sales, em relação ao qual o Presidente emitia claros sinais de rejeição. Acreditavam ainda ser possível, naquele momento, que o Norte unido pudesse impor um nome representativo da região (PANDOLFI, 1983: 54).

Revelaram-se, portanto, dois importantes elementos que seriam explorados por Vargas para

⁹ A respeito do acordo mineiro ver GRYNSZPAN, 1983: 61-65.

¹⁰ Um exemplo da aproximação de Vargas com o PRP é a nomeação de Fernando Costa para o Departamento Nacional do Café.

manter desunidas as forças políticas: os fortes laços de lealdade e de dependência que uniam os estados nortistas ao governo Federal e as antigas rivalidades entre Norte e Sul. A rejeição da candidatura Sales por Vargas e, em consequência, o reforço de seu caráter oposicionista, colocavam sérios obstáculos para aqueles estados do Norte, política e economicamente mais frágeis, e que por isso mesmo procuravam ampliar suas prerrogativas, buscando melhores posições sob as asas do poder central. Ao alimentar as esperanças de lançar um nome nortista, acirraram-se antigos ressentimentos regionais, inviabilizando desta forma o apoio àquela que era apontada como a candidatura sulista, antitrinta e que representaria mais uma vez a escravização do Norte ao Sul do País.

A partir de janeiro de 1937 desencadeou-se uma intensa movimentação das forças situacionistas no sentido de organizar uma grande convenção nacional que apontaria o verdadeiro candidato de unidade à sucessão de Vargas. Tendo como principal animador o Governador Benedito Valadares, estas facções procuravam ainda levar o Presidente a um engajamento decisivo no processo de sua sucessão. Este, contudo, tinha outros planos e tentaria intervir no processo de forma a enfraquecê-lo e retardá-lo, procurando ganhar tempo.

O nome que vinha sendo articulado por Benedito Valadares como de unidade, e que terminaria sendo aceito, era o do paraibano José Américo de Almeida. Baseava-se tal opção no argumento de que, como “tenente civil”, ele havia participado ativamente da Revolução de 30, além de ser um representante do Norte e ter boa passagem junto à cúpula palaciana. Na verdade, esta candidatura enfrentaria algumas dificuldades pois José Américo encontrava-se afastado da política havia algum tempo, e não tinha seu nome encabeçando as listas de preferências dos principais governadores do Norte, como Lima Cavalcanti — que por ele nutria antigos ressentimentos — e Juraci Magalhães — que priorizava o nome do Senador baiano Medeiros Neto. O grau destas dificuldades pode ser aferido pelo fato de que somente às vésperas da convenção, realizada afinal em maio de 1937, a candidatura de José Américo ficaria acertada (PANDOLFI, 1983: 47), apesar dos intensos esforços do governo para que ela não chegasse a ocorrer.

Concomitantemente às articulações políticas

desencadeadas com vistas à sucessão presidencial, Vargas vinha apertando o cerco em torno de alguns focos regionais de resistência ao continuísmo. Em Pernambuco, o governador Lima Cavalcanti foi acusado publicamente de envolvimento com o comunismo, abrindo-se em seu partido uma dissidência liderada pelo Ministro Agamenon Magalhães, com quem ele disputava a liderança no estado. Na Bahia começavam a circular boatos de que haveria ali uma intervenção Federal. No Rio Grande do Sul, o General Góis Monteiro preparava-se para derrubar militarmente o Governador Flores da Cunha.

Se tais fatos revelaram-se, por um lado, representativos da escalada do governo, em estreita aliança com os setores militares, no sentido de eliminar posições que lhe eram divergentes, atestaram também, por outro, sua fraqueza política e progressiva ilegitimação. Dentre as posições eliminadas estavam algumas que faziam parte do bloco situacionista, ou pelo menos haviam feito. O projeto continuísta não contava com o apoio de expressivas forças políticas, avançando à custa da sua neutralização ou de sua eliminação. O governo via desagregar-se lentamente sua folgada e obediente maioria. Na verdade, o Congresso já se encaminhava para uma ação mais reflexiva e mesmo questionadora, embora não chegasse a negar a real necessidade e a eficácia das medidas propostas pelo governo (D'ARAÚJO, 1984: 55-58). Diante de tal quadro, acirrado pela questão da intervenção no Rio Grande, Getúlio foi obrigado a um breve recuo.

A intervenção militar no Rio Grande do Sul foi marcada para maio de 1937. A execução do estado de guerra naquele estado, que até então coubera ao Governador, foi transferida em abril para o Comandante da 3ª Região Militar, General Lúcio Esteves. Fortalecido com a execução da medida, o General promoveu a desarticulação de alguns corpos provisórios, procurando enfraquecer o dispositivo militar do governo estadual. Para auxiliar na intervenção, em virtude da dimensão dos contingentes controlados por Flores em relação às forças federais localizadas no estado, bem como da quantidade e da qualidade do material bélico de que dispunha, Lúcio Esteves requisitou a Brigada Militar de Minas Gerais. Por três razões, no entanto, o plano terminou não se efetivando. A primeira delas foi a recusa de Benedito em ceder a sua brigada; tal recusa relacionava-se com a questão sucessória, pela qual o

Governador vinha de fato trabalhando, mas em relação à qual temia-se não haver um real intento do Presidente em levar adiante. Portanto, além de negar-se a ceder a brigada, o Governador, sentindo-se fortalecido, começou a conclamar as forças políticas para que participassem da convenção nacional, confirmando sua realização para vinte e cinco de maio. Sem a brigada mineira, a intervenção no Sul tornava-se uma perigosa aventura, ainda mais tendo em vista o fato de que — e esta é a segunda razão para o fracasso do plano — o próprio comandante da 3ª RM, embora viesse neutralizando as forças militares de Flores da Cunha, mostrava-se reticente quanto à ação direta contra o Governador. Segundo o General Lúcio Esteves, o Rio Grande não representaria uma ameaça se contra ele o governo central não atentasse e se fosse mantido o calendário eleitoral com a decorrente posse dos eleitos (D'ARAÚJO, 1984). A terceira razão foi o vazamento de informações sobre os planos de intervenção, informações estas que foram amplamente divulgadas na Câmara dos Deputados pelo gaúcho Ascânio Tubino, representante do Partido Republicano Liberal, gerando fortes repercussões.

Diante disso, o governo Federal viu-se obrigado a recuar não somente em seus intentos intervencionistas no Sul, mas também na proposta de adiamento da convenção nacional, e a promover uma abertura no ambiente político.

Entre abril e maio de 1937 o processo sucessório se afirmou, sendo lançados oficialmente três nomes à sucessão de Vargas. O primeiro deles foi Armando de Sales Oliveira, indicado em convenção do Partido Constitucionalista, que recebeu o apoio do Partido Republicano Liberal, chefiado pelo Governador Flores da Cunha, e de diversos agrupamentos estaduais oposicionistas, destacando-se entre eles a Concentração Autonomista da Bahia, liderada por Otávio Mangabeira. Ele obteve, ainda, a adesão de uma parte minoritária do Partido Republicano Paulista, resistente a uma aproximação com Vargas. O segundo nome foi o de José Américo de Almeida, aclamado na convenção nacional e que, à exceção de São Paulo e do Rio Grande, conseguiu o apoio oficial de todos os partidos políticos situacionistas. O terceiro nome, finalmente, foi o de Plínio Salgado, cuja candidatura foi confirmada em plebiscito realizado pela Ação Integralista Brasileira. Por seu perfil ideológico nitidamente definido, esta candidatura não recebeu a adesão

de nenhuma outra agremiação partidária.

A candidatura José Américo de Almeida, apesar de identificada com as forças alinhadas ao governo Federal, em nenhum momento obteve o apoio de Vargas que, ao contrário, fez o possível para esvaziá-la, configurando um quadro político ambíguo. Em certo sentido, as candidaturas de Armando Sales e de José Américo revestiram-se de um caráter oposicionista, uma vez que ambas, ao aspirarem suceder Getúlio na Presidência, representavam a negação do seu projeto continuísta. Quanto à candidatura Plínio Salgado, a situação era bem diferente, tendo facilitado a ação do chefe do governo com sua pregação anticomunista. Consultado previamente sobre o golpe, Plínio não só concordou como chegou a discutir a inserção da AIB no novo regime que seria implantado (D'ARAÚJO, 1984: 87-88).

Pouco tempo após o lançamento das candidaturas, o paulista José Carlos de Macedo Soares foi convocado para ocupar a pasta da Justiça, que vinha sendo acumulada pelo Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães. À frente do ministério, Macedo Soares recebeu carta branca para suspender o estado de guerra, medida que vigorava no País desde 1936, não enviando ao Congresso novo pedido de renovação. Nesse rastro foram soltos diversos presos políticos, entre os quais parlamentares. Obrigado a recuar, reforçando o seu lado distensivo, o governo decidiu retardar a implementação do projeto golpista.

Em meio ao momentâneo clima de abertura política, a campanha eleitoral avançou, observando-se ao mesmo tempo um esvaziamento do processo eleitoral. A própria candidatura situacionista foi perdendo gradativamente sua consistência. Na disputa pelo eleitorado, José Américo, procurando marcar sua diferença em relação a Armando Sales, que se apresentava como oposição, passou a sustentar um discurso mais radical que seu concorrente e com um forte apelo popular, fruto de sua herança “tenentista”. Além deste aspecto, sua excessiva preocupação com o Norte levou a um deslocamento progressivo das forças que o apoiavam. O próprio Benedito Valadares, que havia garantido o lançamento do candidato e a realização da convenção nacional, tornou-se, a partir de fins de setembro, um defensor da idéia da retirada das candidaturas e da necessidade de uma reforma constitucional visando a prorrogação dos mandatos (PANDOLFI, 1983: 90-91).

X. A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE

Importantes mudanças foram efetuadas nos comandos militares a partir de junho de 1937, neutralizando de forma eficaz os últimos focos de resistência à intervenção no Sul e ao golpe. O General José Pessoa que, juntamente com Valdomiro Lima, mostrara-se contrário ao projeto intervencionista, foi substituído no cargo de inspetor do Comando do Distrito da Artilharia de Costa. Valdomiro Lima foi preterido na Chefia do Estado-Maior do Exército em favor de Góis Monteiro. O General Lúcio Esteves, por sua vez, foi substituído pelo General Daltro Filho no comando da 3ª Região Militar (D'ARAÚJO, 1984: 78-79).

No mês de setembro do mesmo ano, inexplicável mas significativamente, o governo realizou antecipadamente as cerimônias relativas à intentona comunista. Alguns dias depois, o Ministério da Guerra divulgou o famoso “Plano Cohen” — documento forjado que relatava a preparação de uma nova ofensiva comunista —, com base no qual o governo pediu ao Congresso o retorno ao estado de guerra.

O novo pedido de decretação do estado de guerra foi fortemente bombardeado pelos setores oposicionistas, que eram minoria no Congresso. Estes setores contestavam as evidências de que realmente houvesse uma ameaça subversiva, associando o novo pedido a uma tentativa do governo de impedir a realização das eleições. Apesar da expressividade das forças políticas de oposição, identificadas com a candidatura Armando Sales, e apesar de, mesmo entre os setores considerados situacionistas, haver um grande número de elementos contrários ao continuísmo e ao golpe, o pedido foi aprovado. Não foi o temor ao comunismo que motivou esse comportamento, e sim o temor ao militarismo; pairavam sobre o Congresso pesadas ameaças de que, caso a medida não fosse aprovada, o Exército o fecharia.

Instalou-se, portanto, um processo em que as forças contrárias ao continuísmo, cedendo constantemente para evitar o pior — primeiramente o comunismo e depois a intervenção militar —, facilitaram a ação de Vargas, ação esta que terminaria por se voltar contra aquelas mesmas forças. Desta forma, até fins de outubro não se manifestaram sérias resistências ao projeto golpista. De acordo com instruções de Benedito Valadares, o Deputado mineiro Negrão de Lima saiu em missão pelos estados do Norte e Nordeste,

à exceção de Bahia e Pernambuco, para comunicar o que estava para acontecer e pedir apoio. Nos estados politicamente mais fracos, o sucesso da missão foi total.

Bahia e Pernambuco encontravam-se acuados diante de uma ameaça de intervenção. Em São Paulo, enquanto as forças armandistas protestavam, o Governador Cardoso de Melo Neto, que vinha adotando uma política de gradativo alinhamento com o governo Federal, terminou concordando com a proposta de mudança do regime. No Rio Grande, Flores renunciou ao governo depois de se ver cercado e perder o controle sobre a Brigada Militar gaúcha. Na realidade, dos estados mais fortes, apenas Minas Gerais participou diretamente das articulações golpistas.

Em dez de novembro de 1937 o Congresso foi cercado por tropas da Polícia Militar. No mesmo dia, Vargas anunciou à Nação o início de uma nova era e apresentou a nova Constituição elaborada por Francisco Campos.

XI. REMONTANDO O QUEBRA-CABEÇA

Se a ação de Vargas ao longo deste processo foi no sentido de desarticular os obstáculos que se interpunham em seu caminho, quer fossem oriundos da oposição, quer da própria situação, é importante lembrar que tal ação não se desenvolveu de forma contínua. Durante o seu percurso a resistência foi significativa, forçando Getúlio, por vezes, a paradas e mesmo recuos.

Concordar com a adoção de mecanismos intervencionistas, repressivos e autoritários não significou necessariamente aceitar o projeto golpista, ou mesmo o continuísmo de Vargas por via legal. O governo jamais conseguiu o apoio essencial de dois terços do Congresso para reformar a Constituição e prorrogar o mandato presidencial.

Entre os membros das elites políticas contrárias à solução continuísta, dois tipos de comportamento permeavam tanto a situação quanto a oposição: um mais conciliador, que acreditava poder comprometer o Presidente com o processo eleitoral, e outro mais contestatório. Entretanto, a ausência de uma proposta democrática e de um projeto liberal mais consistentes entre os vários segmentos das elites, quer fossem representantes das facções “tenentistas”, das oligarquias dissidentes ou dos setores derrotados em trinta,

contribuiu para o fechamento do regime, apesar das diferentes táticas por eles adotadas. Isto pode ser percebido ao longo dos diversos momentos do período pós-trinta. Logo em seguida à revolução manifestou-se uma forte tendência para se manter o regime discricionário como condição essencial para a consolidação das reformas políticas e sociais. Na fase constitucional, quando o movimento popular ganhou maior expressão, parcela significativa da classe política, temerosa, defendeu medidas repressivas e desmobilizadoras. Na campanha presidencial de 37, esses limites também se tornaram bastante evidentes. Desde os primeiros instantes em que se instalou o debate sucessório, a proposta de candidatura unitária foi colocada como condição essencial para a realização das eleições, com base na justificativa de que o Brasil, face aos constantes conflitos internos, não poderia suportar uma acirrada disputa eleitoral.

Cabe ainda ressaltar que, se o golpe de dez de novembro de 1937 se voltou contra os setores extremistas e contra os agrupamentos oposicionistas, ele também atingiu aquelas elites situacionistas que, sem questionar a proposta vencedora em 1930, apenas se contrapuseram ao continuísmo de Vargas como a única solução para superar os impasses vividos pela Nação. Na verdade, o golpe representou mais um importante momento do processo de depuração das elites que se tornou perceptível a partir de trinta.

O confronto entre “tenentes” e oligarquias, por si só, foi responsável por diversos alijamentos nos instantes que se seguiram à Revolução. Já na disputa pelos cargos, vários elementos foram expelidos. Este processo se aprofundaria nos conflitos desencadeados pelo debate em torno da manutenção do regime discriminatório ou da constitucionalização do País. Assim, com a Revolução de 1932, novos rearranjos ocorreram tanto nas elites civis quanto nas militares. Os derrotados, entre os quais alguns setores revolucionários de trinta, foram momentaneamente afastados, ao mesmo tempo em que abriu-se no Exército a oportunidade para a renovação na cúpula que possibilitou a eliminação de antigos

oficiais e a ascensão de novos. Para expressivos segmentos “tenentistas”, a constitucionalização do País representou a própria falência dos ideais revolucionários. Não foi por outra razão que vários deles abandonaram a política ou partiram para formas radicais de contestação ao regime. Também as sucessões estaduais representaram um momento privilegiado para a rotatividade das elites.

Com o levante comunista de 1935, ao mesmo tempo em que antigos revolucionários foram marginalizados por adotar uma postura radical, Vargas conseguiu o apoio de parcela significativa da classe política para a implementação de medidas mais centralizadoras e autoritárias. Concomitantemente à adoção dessas medidas instalou-se o debate sucessório, provocando novos re-alinhamentos e o alijamento de outros atores. Finalmente, a intervenção no Rio Grande do Sul aprofundou a depuração, eliminando importantes segmentos civis e militares.

Ao término deste processo, vários dos antigos e fiéis aliados de trinta ficaram marginalizados politicamente. Entre eles vamos encontrar nomes como os de Flores da Cunha, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Antunes Maciel, José Américo de Almeida, Artur Bernardes, Juarez Távora, Miguel Costa e Pedro Ernesto. As articulações golpistas foram comandadas, além de Vargas, por Góis Monteiro, Eurico Dutra, Francisco Campos, Agamenon Magalhães, Benedito Valadares, Filinto Müller e Negrão de Lima. A linha de frente do golpe não foi a mesma da Revolução de 30.

Deve-se ressaltar, finalmente, que este trajeto não foi percorrido de forma linear. A fim de se manter à frente do processo político, Vargas teve que redefinir constantemente seus esquemas de aliança. Os sucessivos alijamentos e realinhamentos não decorreram todavia de um plano previamente estabelecido, mas sim das necessidades que se apresentaram a cada conjuntura em função da lenta maturação da pauta de prioridades do regime.

Recebido para publicação em setembro de 1997.

Dulce Chaves Pandolfi (pandolfi@fgv.br) é Pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas

Mario Grynszpan (mario@fgv.br) é Pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e Professor da Universidade Federal Fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDI**, Paulo. (1983). *Vargas da vida para a história*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CAMARGO**, Aspásia. (1983). "A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política". In: *A Revolução de 30*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- CARVALHO**, José Murilo de. (1983). "Forças Armadas e política. 1930-1945". In: *A Revolução de 30*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- D'ARAÚJO**, Maria Celina Soares. (1984). *Militares, repressão e o discurso anticomunista no golpe de 1937*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, mimeo.
- FAUSTO**, Boris. (1972). *Pequenos ensaios de história da República: (1889/1945)*. São Paulo, Cadernos CEBRAP, n.º 10.
- GOMES**, Ângela Maria de Castro. (coord.). (1980). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- GOMES**, Ângela Maria de Castro. (1981). "Confronto e compromisso no processo de institucionalização (1930-1935)". In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil republicano*. Vol. 3, São Paulo, Difel.
- GOMES**, Ângela Maria de Castro. (1982). "O redescobrimto do Brasil". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GRYNSZPAN**, Mário. (1983). *Acordos e desacordos na política nacional. As tentativas de conciliação no ano de 1936*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, mimeo.
- LEVINE**, Robert. (1980). *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MARTINS**, Luciano. (1983). "A Revolução de 1930 e seu significado político". In: *A Revolução de 30*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA**, Lúcia Lippi. (1983). "As idéias fora do tempo". In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, ERUS.
- PANDOLFI**, Dulce Chaves. (1980). "A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político". In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- PANDOLFI**, Dulce Chaves. (1983). *O golpe de 37 e a sucessão presidencial: a candidatura de José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- RODRIGUES**, Leôncio Martins. (1981). "O PCB: os dirigentes e a organização". In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil republicano*. Vol. 3, São Paulo, Difel.
- SAES**, Décio. (1981). "Classe média e política no Brasil. 1930-1964". In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil republicano*. Vol. 3, São Paulo, Difel.
- SOUZA**, Maria do Carmo Campello de. (1976). *Estados e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.

